

# IMPACTOS DO REFEITÓRIO NA INCLUSÃO E PERMANÊNCIA DE ESTUDANTES EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIOECONÔMICA DA ZONA DA MATA ALAGOANA NO ENSINO MÉDIO TÉCNICO

José Joaquim da Silva Neto <sup>1</sup>  
Leonarda Rodrigues da Silva Brito <sup>2</sup>  
Adriane Teixeira Baracho <sup>3</sup>

## INTRODUÇÃO

O direito fundamental do cidadão ao acesso a uma alimentação saudável é crucial para promover a saúde física e mental, sendo um elemento essencial na busca por uma sociedade mais equitativa e com melhor qualidade de vida para todos. O Ministério da Saúde, em seu Guia Alimentar da População Brasileira, disserta que:

A alimentação adequada e saudável é um direito humano básico que envolve a garantia ao acesso permanente e regular, de forma socialmente justa, a uma prática alimentar adequada aos aspectos biológicos e sociais do indivíduo e que deve estar em acordo com as necessidades alimentares especiais; ser referenciada pela cultura alimentar e pelas dimensões de gênero, raça e etnia; acessível do ponto de vista físico e financeiro; harmônica em quantidade e qualidade, atendendo aos princípios da variedade, equilíbrio, moderação e prazer; e baseada em práticas produtivas adequadas e sustentáveis (Brasil, 2014, p. 8).

No contexto, a Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN) destaca-se por seu papel na construção de estratégias para o enfrentamento da insegurança alimentar no Brasil. Cabe observar que comer constitui um ato político (Alves e Cunha, 2020), entretanto, o estado brasileiro assumiu esta política como sua responsabilidade de forma relativamente recente, Batista Filho comenta que:

A PNAN é fruto de um processo histórico de conformação das políticas de saúde e de alimentação e nutrição no país, do qual destaco alguns marcos. O primeiro foi o inquérito pioneiro, realizado na década de 1930 por Josué de Castro com 700

---

<sup>1</sup>Discente do Instituto Federal de Alagoas - Campus Murici, curso Agroindústria, graduando pelo curso de Nutrição da Universidade Federal de Alagoas. Email: [jjsn2@aluno.ifal.edu.br](mailto:jjsn2@aluno.ifal.edu.br);

<sup>2</sup> Discente do Instituto Federal de Alagoas - Campus Murici, curso Agroecologia. Email: [lrsb1@aluno.ifal.edu.br](mailto:lrsb1@aluno.ifal.edu.br);

<sup>3</sup>Orientadora: especialista em Gestão em Segurança de Alimentos, nutricionista, Universidade Federal de Alagoas, Email: [adriane.baracho@ifal.edu.br](mailto:adriane.baracho@ifal.edu.br).

famílias da classe operária do Recife, Pernambuco, e publicado em poucas páginas do Diário Oficial do Estado. O material dessa pesquisa resultou no livro Geografia da Fome, traduzido em 25 línguas, servindo para a elaboração da primeira cesta básica de alimentos do Brasil, e fundamentou a instituição do salário mínimo no país. De fato, além do consumo familiar alimentar, o inquérito registrou gastos com moradia, transporte, vestuário, educação e saúde, funcionando como um orçamento familiar que acabou valendo como uma estratégia na política pública (Batista Filho, 2022, p. 1).

A insegurança alimentar ainda é uma realidade em nosso país, em que a descontinuidade de Programas voltados para a segurança alimentar poucas vezes foram adotadas como política de estado, sendo, em geral, política de governo (Amorim; Ribeiro Júnior e Bandoni, 2020). Um dos Programas em destaque no Brasil é o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), sobre este, nota-se que:

Denominado inicialmente de Campanha Nacional da Merenda Escolar, em seus primeiros anos o PNAE era assistencial e visava reduzir a desnutrição mediante oferta de suplementação alimentar com foco nas áreas mais pobres do país (Peixinho, 2013). A Constituição Federal de 1988, ao universalizar o direito à alimentação escolar e definir que este deve ser garantido pelos três níveis de governo, foi o impulso decisivo para a transformação do PNAE em política de Estado. Desde então, outras leis foram responsáveis pelo crescimento e pelo fortalecimento do programa, que hoje atende aproximadamente 40 milhões de escolares em todo o país e tem como objetivo contribuir para o crescimento e o desenvolvimento biopsicossocial, a aprendizagem, o rendimento escolar e a formação de hábitos alimentares saudáveis dos alunos, por meio de ações de educação alimentar e nutricional e da oferta de refeições que atendam às necessidades nutricionais durante o período letivo (Lei nº 11.947, 2009) (Amorim; Ribeiro Júnior e Bandoni, 2020, p. 1135).

No âmbito do Instituto Federal de Alagoas, Campus Murici (Ifal - Murici) no segundo semestre de 2022 houve o implemento de um Refeitório Escolar que oferta almoço aos estudantes do ensino médio técnico através da Política de Assistência Estudantil (PAE) da própria instituição. Este é apontado por Silva Neto *et al.* (2023) como um possível motivo para o aumento da quantidade de alunos que almoçam diariamente entre os anos de 2019 e 2023. A PAE do Ifal coloca como objetivos do Programa de Alimentação e Nutrição Escolar (Panês):

I - colaborar com o crescimento/desenvolvimento das/os estudantes, a prevenção de agravos nutricionais, a manutenção e a promoção da saúde, a aprendizagem e a formação de práticas alimentares saudáveis, visando à melhoria do rendimento escolar e à redução dos índices de evasão;

II - contribuir com o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA), por meio do fornecimento de refeições compostas por alimentos de qualidade, variados, seguros e em equilíbrio, que considerem a faixa etária, a cultura local, o estado nutricional e de saúde, a situação socioeconômica e os hábitos alimentares e de vida, inclusive dos que necessitam de atenção específica;

III - assegurar a gratuidade como garantia de acesso à alimentação escolar;  
IV - prestar assistência e acompanhamento nutricional às/aos estudantes cadastradas/os.

Parágrafo único. A alimentação adequada é direito fundamental do ser humano, inerente à dignidade e indispensável à realização dos direitos consagrados na Constituição Federal, devendo a/o dirigente máxima/o do IFAL e a Gestão dos campi adotarem políticas e ações que se façam necessárias para promover e garantir a segurança alimentar e nutricional das/os estudantes (Política de Assistência Estudantil, .

O Ifal - Murici é um espaço escolar que atualmente trabalha com cursos técnicos integrados em Ensino Médio em regime semi-integral, sendo a oferta de almoços um mecanismo importante para inclusão e permanência de estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, a presente pesquisa debruça-se sobre o estudo do papel do Refeitório Escolar como política de assistência estudantil importante na democratização da nutrição e do ensino no Brasil.

## **METODOLOGIA (OU MATERIAIS E MÉTODOS)**

Para o tecimento do presente trabalho, aplicou-se um questionário com 10 perguntas. O questionário é “[...] instrumento de coleta de dados, constituído por uma série ordenada de perguntas, que devem ser respondidas por escrito e sem a presença do entrevistador” (Lakatos 1996, p. 201). Este foi disponibilizado aos discentes dos cursos técnicos em agroecologia e agroindústria do Instituto Federal de Alagoas - campus Murici (Ifal - Murici), no intuito de construir um estudo qualitativo e descritivo. Diante dos estudantes que voluntariaram-se a responder o questionário, foram concebidos os dados apresentados na pesquisa em tela. Além disso, foram conduzidas buscas em plataformas como “SciELO”, “Google Acadêmico” e “Periódicos CAPES”, com o objetivo de encontrar referências que sustentem as discussões subsequentes.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

O referido Refeitório Escolar, até o último levantamento atende em média 80 almoços ao dia. Diante dos resultados da presente pesquisa, nota-se que aproximadamente 69,7% dos estudantes afirmam possuir renda per capita de até 1 salário mínimo, 24,3% entre 1 e 2 salários mínimos, 3% entre 2 e 3 salários mínimos e os demais acima de 3 salários mínimos. Destes, 81,8% afirma não receber nenhum auxílio financeiro do poder público, seja federal, estadual ou municipal, ou não saber responder sobre isso.

Dentre os motivos que levam estes estudantes a ficarem na instituição durante a manhã e a tarde, estão: aulas em contraturno (39,4%); projeto de pesquisa (24,2%); grupo de grupo político, cultural e/ou esportivo (9,1%); monitorias, aulas de progressão parcial e participação em núcleos (Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Específicas - Napne; Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas - Neabi e/ou Núcleo de Diversidade, Gênero e Sexualidade - Nugedis) e outros correspondem, cada um, a 6,1% e falta de transporte gratuito entre das 12h às 18h20min para retorno para município de origem (2,9%).

Cerca de 81,8% dos discentes participantes relatam que sem o Refeitório Escolar, não poderiam dar continuidade às suas atividades em turno contrário ao de sua matrícula. Nota-se que nenhum dos estudantes com renda de até 1 salário mínimo figura entre os 18,2% de estudantes que afirmam que poderiam dar continuidade a suas atividades mesmo sem a manutenção do Refeitório Escolar e que apenas 16,67% do total de alunos que poderiam continuar suas atividades, sendo esta parcela formada por beneficiários de auxílios financeiros provenientes do setor público.

Sendo assim, destaca-se aqui o papel do Serviço de Alimentação e Nutrição Escolar (Sane) na manutenção de estudantes de baixa renda na instituição, haja vista que as aulas em contraturno são parte do ano letivo regular. Dessa forma, entende-se sua ação para construção da deselitização do ensino profissionalizante federal, além do avanço do setor agrícola e alimentício diante dos profissionais formados nos cursos técnicos em agroecologia e agroindústria. Pacheco (2020) a função inclusiva intrínseca aos Institutos Federais:

Os Institutos [Federais] representam não apenas uma extraordinária expansão da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) mas o estabelecimento de novos paradigmas fundados na Politecnia. Para a consolidação dos Institutos Federais (IFs) é indispensável a compreensão de sua natureza e de sua Proposta Político-Pedagógica. De forma objetiva, quase esquemática procuramos fazer uma síntese destes aspectos, objetivando sua disseminação e assimilação, pelos protagonistas desta proposta ousada e inovadora. Os IFs são uma institucionalidade inédita em nossa estrutura educacional, original na medida em que não se inspira em nenhum modelo nacional ou estrangeiro, criada pela Lei 11.892\2008. [...] . **Preconizam a atuação junto aos territórios e populações com vulnerabilidade social objetivando integrá-las à cidadania e aos processos de desenvolvimento com inclusão.** [...] . A formação humana integral, que trata de superar a divisão dos seres humanos entre os que pensam e os que trabalham, produzida pela divisão social do trabalho (Pacheco, 2020, p. 7 - 11, grifo nosso).

Outro ponto a ser observado é a acessibilização da pesquisa, sabe-se que o Ifal-Murici, apesar de inaugurado há menos de 15 anos, possui forte papel na construção da ciência na localidade em que está situado, com impactos diretos e indiretos no desenvolvimento

regional. O acesso a atividades políticas, culturais e desportivas são diretamente influenciadas pelo Sane, democratizando assim essas atividades para camadas mais populares do interior alagoano.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do supracitado, nota-se que o Refeitório Escolar implementado no Ifal - Murici é fundamental para a inclusão e permanência de estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica da Zona da Mata Alagoana no ensino médio técnico e também atividades curriculares e extracurriculares existentes na instituição.

Portanto, entende-se que o Sane possui impacto positivo direto na vida dos estudantes que dele são beneficiados e indireto em toda a sociedade circunvizinha, que recebe mais profissionais e cidadãos formados através da instituição. Portanto, emerge a necessidade de promover debates voltados a políticas públicas eficientes para a alimentação escolar e, consequentemente, de uma educação mais justa, igualitária e inclusiva em todo o Brasil.

**Palavras-chave:** Alimentação escolar, Ensino Técnico, Democratização do ensino, Educação inclusiva, Vulnerabilidade socioeconômica.

## REFERÊNCIAS

ALVES, Gabriela Manhães; CUNHA, Teresa Claudina de Oliveira. A importância da alimentação saudável para o desenvolvimento humano. **Humanas Sociais & Aplicadas**, v. 10, n. 27, p. 46-62, 2020. Disponível em: [https://ojs3.perspectivasonline.com.br/humanas\\_sociais\\_e\\_aplicadas/article/view/1966](https://ojs3.perspectivasonline.com.br/humanas_sociais_e_aplicadas/article/view/1966). Acesso em: 15/03/2024.

BATISTA FILHO, Malaquias. Análise da Política de Alimentação e Nutrição no Brasil: 20 anos de história. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 37, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/mydKDGRmKccXYW3gKKsmbyj/>. Acesso em: 12/03/2024.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Guia alimentar para a população brasileira. 2. ed., 1. reimpr. – Brasília: **Ministério da Saúde**, 2014. Disponível em:

[https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-brasil/publicacoes-para-promocao-a-saude/guia\\_alimentar\\_populacao\\_brasileira\\_2ed.pdf/view](https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-brasil/publicacoes-para-promocao-a-saude/guia_alimentar_populacao_brasileira_2ed.pdf/view). Acesso em: 09/03/2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas**, Pró-Reitoria De Ensino, Diretoria De Políticas Estudantis, 2017. Disponível em: <https://www2.ifal.edu.br/campus/saomiguel/assistencia-estudantil/documentos-e-publicacoes/politica-de-assistencia-estudantil-do-ifal>. Acesso em: 23/05/2023.

DA SILVA NETO, José Joaquim *et al.*. IMPACTOS DA CULTURA AFRO-BRASILEIRA E INDÍGENA NA ALIMENTAÇÃO DE ESTUDANTES DO INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS - CAMPUS MURICI: PRÉ E PÓS PANDEMIA. In: VII Encontro Nacional de NEAB, NEABI e Grupos Correlatos da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica e VII Encontro de Relações Raciais e Sociedade, 7º, 2023, São João Del Rei, **anais**. Disponível em: [https://www.even3.com.br/anais/enneabi\\_eras2023/655075-IMPACTOS-DA-CULTURA-AFRO-BRASILEIRA-E-INDIGENA-NA-ALIMENTACAO-DE-ESTUDANTES-DO-INSTITUTO-FEDERAL-DE-ALAGOAS---CAM](https://www.even3.com.br/anais/enneabi_eras2023/655075-IMPACTOS-DA-CULTURA-AFRO-BRASILEIRA-E-INDIGENA-NA-ALIMENTACAO-DE-ESTUDANTES-DO-INSTITUTO-FEDERAL-DE-ALAGOAS---CAM). Acesso em: 21/05/2024

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Técnicas de pesquisa. **São Paulo: Atlas**, v. 205, p. 88, 1996. Disponível em: [https://docente.ifrn.edu.br/olivianeta/disciplinas/copy\\_of\\_historia-i/historia-ii/china-e-india/vi](https://docente.ifrn.edu.br/olivianeta/disciplinas/copy_of_historia-i/historia-ii/china-e-india/vi). Acesso em: 21/05/2024.

PACHECO, Eliezer. Desvendando os Institutos Federais: identidade e objetivos. **Educação Profissional e Tecnológica em Revista**, v. 4, n. 1, p. 4-22, 2020. Disponível em: <https://ojs.ifes.edu.br/index.php/ept/article/download/575/437>. Acesso em: 21/05/2024.